



MERCOSUL/RAADDHH/GTP-NIÑ@SUR
Ata dia 10 de novembro 2008

**XII REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA A
COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS À INICIATIVA
NIÑ@SUR PARA A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES**

A XII Reunião do Grupo de Trabalho Permanente para a Coordenação e Implementação de Ações Relativas à Iniciativa Niñ@Sur para a Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (GTP-NIÑ@SUR) se realizou na cidade de Brasília, no Distrito Federal, República Federativa do Brasil, no dia 10 de novembro de 2008, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Partes e da delegação do Chile como Estado Associado, cuja lista de integrantes figura como **Anexo I** desta ata.

A Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil, Carmen Silveira de Oliveira, iniciou os trabalhos dando as boas vindas a todas as delegações.

Foi realizada uma apresentação dos presentes, dentre eles representantes da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) de Brasília, do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), do Instituto Interamericano del Niño, Niña y Adolescente (IIN), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Brasil, da Biblioteca Forum Social Mundial, da Red Por ti América, do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, da Deputada Nacional Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Congresso do Uruguai e de Secretários de Direitos Humanos das províncias de Salta e de Tucumán, na Argentina.

Os trabalhos prosseguiram com a leitura e aprovação da agenda, previamente enviada aos participantes e incluída como **Anexo II**. Nesse sentido, foi sugerida a inclusão de um pequeno informe da última reunião do Conselho Diretor do Instituto

Interamericanos del Niño, Niña y Adolescentes realizada em Ottawa, Canadá. A delegação uruguaia indicou o interesse na apresentação de sugestão para a participação de crianças e adolescentes nas reuniões do GT e de uma proposta de padronização das publicações do Grupo.

A Argentina fez um informe sobre a atual situação do relatório do Protocolo Facultativo no país. O processo de elaboração do relatório efetuado pela Secretaria Nacional de Niñez, Adolescencia y Familia, contou com a participação de todas as áreas dos estados nacional, das províncias e da sociedade civil. Como avanços se destacam entre outras coisas, reformas normativas em matéria de tipificação dos delitos de tráfico de pessoas e pornografia infantil e a criação de unidades especializadas nas forças de segurança federais para a prevenção e investigação dos delitos de tráfico de pessoas. Como iniciativa de responsabilidade social criou-se um código de conduta na área de turismo voltada principalmente para o setor hoteleiro.

O Uruguai informou que está finalizando o informe periódico por intermédio do Comité para la Erradicación de la Explotación Sexual Comercial y no Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes responsável pelo primeiro Plano Nacional para a Erradicação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. O Comitê, presidido pelo INAU, é integrado pelo Ministério de Saúde Pública, do Interior, Educação, Cultura, Turismo e Esporte. Também são parte do Comitê a Administração Nacional de Educação Pública, o organismo responsável pelo Planejamento e Orçamento da Presidência da República, representantes da sociedade civil, contando com o assessoramento da Unicef e da OIM. O Comitê está redigindo o informe de país o qual, entre outras coisas, terá destacado o plano nacional e o lançamento de uma campanha de sensibilização sobre a exploração sexual com o apoio do Ministério do Turismo principalmente para a mobilização do setor hoteleiro nas zonas turística. A estratégia utilizada envolve um grupo de adolescentes, capacitados por delegados do comitê, que vão aos hotéis e operadores turísticos e entrega o material e dialogam com seus representantes. Houve mudanças nas normativas assim como na argentina para combater o problema. Antes do fim do ano o relatório será finalizado e entregue.



O Paraguai informou que já entregou o informe em fevereiro e está planejando defendê-lo até o final de 2009.

O Brasil, por sua vez, está em processo de elaboração de seu relatório havendo a previsão de que sua entrega ocorra até o final do ano. Trata-se do primeiro relatório nacional e, assim como a Argentina, o país está buscando aproximação com a sociedade civil e assessorias parlamentares para enriquecimento do informe. A idéia é na primeira versão se faça uma discussão junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e que algumas das contribuições provenientes de processos ampliados como a Consulta Nacional com foco na revisão do plano nacional devido aos novos cenários sejam incorporadas ao texto.

As principais novidades nos dois últimos anos no Brasil é a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigação de crimes de pedofilia na Internet e a criação do hotline nacional em cooperação com o Ministério da Justiça e a ONG Safernet, com patrocínio da Petrobras. Esse hotline deve ser mais uma ferramenta utilizada pela Polícia Federal a qual recentemente se associou ao Governo Canandense para o combate desse tipo de delito. Estão também em curso alguns projetos inovadores para a sistematização de novas metodologias que devem ser disseminadas em outros locais do país como, por exemplo, projetos de inquirição especial para vítimas de violência; projetos de justiça restaurativa para vítimas e agressores, pioneira no RS; atendimento psicossocial para agressores; defesa técnica de crianças vítimas de violência e financiamento para projetos de capacitação de adolescentes em vulnerabilidade apoiados pelo Serviço Social da Indústria (SESI). No processo de formatação do seu relatório, uma das dificuldades encontradas pelo Brasil é a demanda mais punitiva para os agressores como resposta a esse problema.

A pedido da delegação argentina, foram detalhadas algumas iniciativas brasileiras como a Justiça restaurativa, o programa de atendimento a agressores sexuais dentro do sistema prisional e uma experiência desenvolvida no nordeste do Brasil voltada para adolescentes pais e homens contra a violência contra a mulher.

A Subsecretária Carmen Oliveira sugere que tenhamos na próxima reunião do Paraguai um espaço dedicado à análise dos relatórios que estiverem finalizados à época para aprofundar o conhecimento de todos os participantes sobre a realidade nos países vizinhos.

Sobre o Mercosul Social e Justiça, na última reunião em Porto Alegre encaminhou-se que se verificasse a possibilidade de convidar representante do Grupo Mercosul de Justiça para dialogar com o grupo nesta. Ambos os grupos foram convidados a participar da reunião do GT e sugeriu-se inclusive a realização de uma reunião prévia com os representantes do Brasil. Por problemas de agenda dos representantes dos dois grupos, não foi possível realizar a reunião de coordenação. Além disso, a princípio houve uma colisão com uma reunião do Mercosul Social na Argentina e o Brasil solicitou seu adiamento o que aparentemente ocorreu. Infelizmente os grupos não enviaram representantes e a aproximação pretendida ficou prejudicada.

O Uruguai sugere que a presidência protempore faça reuniões prévias com os demais grupos não apenas para ajuste de datas de reuniões mas também na busca de uma maior unidade nos temas discutidos. O Brasil sugere também que seja sinalizado às Altas Autoridades essa sobreposição de agendas e sugerir uma melhor aproximação intersecretarias.

No que se refere à proposta de publicação bilingüe, a Argentina informou que havia elaborado uma proposta que poderia ser impressa a tempo para o seu lançamento no III Congresso. A Argentina apresentou sua proposta para a versão da publicação bilingüe onde há um destaque para as logos já adotadas pelo Mercosul e para o nome do GT.

Na reunião de Buenos Aires o Uruguai se comprometeu em elaborar uma identidade para publicações do grupo e trouxe um conjunto de material que pode ser disponibilizado eletronicamente aos participantes e debatido de forma mais aprofundada na próxima reunião do Paraguai, **Anexo III** desta ata.

O Uruguai apresentou ao grupo uma proposta para os diversos tipos de publicação do grupo como comunicados, pesquisas e boas práticas, seminários e oficinas e recomendações. A idéia é ter um formato geral para as publicações com variações de cores para cada tipo específico. Sugeriu-se que os comunicados não deveriam superar uma página; seminários e oficinas poderiam ser publicações periódicas, a cada seis meses ou anual enquanto as boas práticas não necessitariam de periodicidade. Foram fornecidos detalhes também de como deveriam ser organizadas de forma geral as publicações.

O Brasil comentou que a proposta apresentada pelo Uruguai era criativa e pertinente tendo algumas dúvidas quanto ao número de publicações e os fundos para produção. Sugeriu ainda que talvez fosse pertinente que se reduzisse esse número para duas, agrupando algumas, por exemplo uma publicação com o título mais abrangente para englobar seminários, pesquisas e boas práticas.

A Argentina, a princípio, concordou com a proposta Uruguai e sugeriu levá-la para uma análise mais detida e ajustar a sua proposta de publicação à sugestão. Sugere colocar um prazo para acordar-se o formato antes da próxima reunião do GT.

O Unicef perguntou se estava prevista a utilização de fotos de crianças e adolescentes nessas publicações e se se pretendia contar com a colaboração de adolescentes na produção de material para as publicações.

O Uruguai concordou que se concentre em uma só publicação toda a produção de conteúdo científico. Sugeriu que sejam padronizados os diversos informes elaborados na região. Ressaltou também que é necessário pensar como funcionariam as publicações em parceria com organismos internacionais já que existem regras determinadas.

A representante do Unicef ressalta que, embora existam regras para publicações feitas pela organização, isso é flexível no que se refere a publicações em parceria prevalecendo a diagramação do parceiro.



O Brasil sugere que a publicação bilingue não seja feita com a colaboração apenas do Unicef Argentina mas que envolva o Unicef regional ou com o poll de unicefs dos países membros para viabilizar financeiramente uma publicação em grande escala. Existe um problema de tempo disponível para a impressão a tempo de disponibilizar-la no III Congresso.

O Uruguai ressaltou que, tendo em vista o pouco espaço de tempo até o III Congresso, seja utilizada a proposta de publicação argentina e que se estabeleça um prazo até o fim do ano para que se acorde uma identidade visual para publicações futuras. Foi feita a sugestão de acréscimo de mais uma estrela na arte apresentada pela Argentina, tendo em vista serem quatro os países membros.

Encaminhou-se que a representante do Unicef Brasil fará contato com o Unicef Regional e cada país com os escritórios do Unicef local para ver a possibilidade de apoio.

Tendo em vista que o Mercosul ainda não dispõe de um número de ISBN, identificação internacional para publicações, é necessário que seja providenciado um para viabilizar a circulação internacional.

O representante do IIN, Jorge Valladares, trouxe o cumprimento da Diretora Geral do Instituto, Maria de los Dolores Aguilar, e em seguida fez um informe da 83ª reunião do Conselho Diretor destacando a eleição do novo presidente e da vice-presidente. A última reunião foi considerada sem precedente seja pelo número ou pela qualidade dos representantes. A reunião contou com a participação de responsáveis pela infância de 26 países.

Foi apresentado o 20º Congresso panamericano a ser realizado no Peru de 22 a 25 de setembro de 2009. Trata-se de um encontro hemisférico que se realiza a cada cinco anos e que desta feita contará com 4 eixos fundamentais: aniversário da convenção em 2009; análise da profundidade das políticas pública para a infância na região; participação de adolescentes e cooperação internacional. Juntamente com o



congresso se realizará no Peru a 84ª reunião ordinária. Estarão envolvidos na organização do congresso não apenas o IIN mas outras instâncias da OEA.

A representante do Brasil destacou a maior participação da sociedade civil organizada como um diferencial do próximo congresso (parlamentares, organizações de apoio na implementação das PP, acadêmicos, etc).

Em seguida foi apresentado o observatório interamericano, denominado *annaobserva*, resultado de uma recente resolução da Assembléia Geral da OEA. Trata-se de um portal que congregará informações de 34 estados americanos. Os elementos do observatório serão: legislação, políticas públicas, espaço de coordenação, boas práticas, monitoramento independente, iniciativas da sociedade civil e dados estatísticos. As informações são provenientes principalmente de informes oficiais apresentados pelos países à OEA. Além disso, serão disponibilizadas informações geradas por Organismos internacionais como Unicef e o IPEC. O Instituto também está buscando informações novas disponíveis sobre o tema de infância.

Brasil destacou a importância desse espaço para a uma aproximação maior com estados membros mais distantes, física e tematicamente, como os do norte, por exemplo. Coincidentemente os temas tratados pelo Instituto são convergentes com os temas discutidos no Mercosul o que possibilita uma interação maior entre ambos. Parabenizou o Instituto pela qualidade do site e pela sensibilidade do nome que se refere a um nome feminino. Sugere que seja estudada a possibilidade da criação de uma ferramenta amigável aos adolescentes. Questionou ainda sobre o processo e a periodicidade da atualização dessas informações.

Em resposta, Jorge Valladares informou que está projetada a criação de uma versão acessível a crianças e adolescentes e uma atualização trimestral das informações. A intenção é que seja uma plataforma de uso dos Estados e que isso favoreça o envio de dados de suas partes. Além da disponibilização das informações individuais dos Estados, pretende-se disponibilizar informações por grupos como Caricom, Mercosul, Nafta, etc.

O Uruguai ressaltou que no que se refere à eleição para a presidência do instituto, a votação terminou sendo decidida de forma bastante disputada. Embora não se pretenda que o grupo tenha que ter uma opinião uniforme para todos os assuntos, considera importante que o GT procure coordenar esses posicionamentos de forma mais coesa e com antecedência. Sugeriu ainda que, além de dados estatísticas, se pense num horizonte futuro e se trabalhe na conformação de indicadores da região.

Com relação à participação dos adolescentes, o Uruguai destacou a necessidade de busca de uma maior participação de crianças e adolescentes na iniciativa Niñ@sur, a exemplo do que se faz em outros fóruns internacionais. Nas reuniões semestrais do GT poderia ser pensada a participação dos adolescentes por meio de convites ou indicações de ou integrando as delegações nacionais.

A Argentina concorda que a participação de adolescentes não se restrinja a participações em eventos pontuais e esporádicos mas que eles tenham uma participação mais efetiva e constante, favorecida pela dinâmica das reuniões semestrais do GT. Essa continuidade favoreceria que os adolescentes amadureçam nas temáticas discutidas, apesar de, no princípio da experiência, possa haver algum risco de aborrecimento ou desinteresse dos participantes adolescentes devido ao formato das reuniões ou pode haver uma dificuldade na devida mobilização desses participantes.

O Brasil levantou que talvez a princípio haja alguma dificuldade para a ambientação desses adolescentes nas atividades do GT mas que o Brasil tem feito isso pouco a pouco nas suas conferências nacionais e estaduais e o resultado tem sido satisfatório. Existem dificuldades também para garantir a participação desses adolescentes tendo em vista que nas últimas reuniões o número de países participantes tem diminuído por questões financeiras. Essa dificuldade pode fazer naufragar a iniciativa de incluir adolescentes em suas delegações já que, na necessidade de cortes nas delegações, existe uma possibilidade grande que estes sejam os primeiros a serem atingidos.

O IIN reforçou a necessidade de se desenhar um formato para as reuniões que favoreça a participação desse público e acrescenta que a reunião a realizar-se em



O Brasil ressaltou que depois de extenuantes reuniões chegou-se a uma lista final de painéis e oficinas. Apesar das solicitações, ainda são poucas as experiências da região e, levando-se em conta que algumas oficinas ainda não tem 3 experiências, há possibilidade que se apresentem sugestões. Na próxima semana, 12/11, realizaremos uma reunião para finalizar os nomes de moderadores para as oficinas e, portanto solicita-se que nomes sejam apontados com a maior brevidade. Essas sugestões de certa forma, diminuiriam a ausência do Mercosul já apontada.

Haverá espaço para o lançamento de publicações e de distribuição de materiais sobre a temática. Para viabilizar a participação solicita-se que seja indicado à Secretaria Executiva o interesse e detalhado o tipo de publicação a ser lançada bem como de materiais que possam ser distribuídos e sua quantidade.

Com respeito ao texto elaborado pelo Norberto Liwiski para o III Congresso, **Anexo V**, foram incorporadas as recomendações feitas pelo grupo na reunião anterior e, caso haja alguma sugestão, poderá ser indicada.

A Subsecretaria sugere que se inverta a pauta adiantando a discussão do documento final do III Congresso, que não será um documento de governo, mas uma espécie de repactuação de toda a sociedade, além de discutir a proposta de realização de um seminário internacional sobre revitimização. Após esses pontos serem vencidos, se gastaria o tempo restante na análise do texto sobre cooperação internacional.

A proposta original do seminário, **Anexo VI**, previa a sua realização ainda este ano mas, devido a dificuldades de tempo e agenda, se sugere que seja realizado no início do próximo ano, possivelmente em fevereiro. A idéia é identificar e debater as várias experiências internacionais cujo levantamento está sendo feito pela WCF. A proposta foi submetida à análise do GT e o Paraguai sugeriu que talvez pudesse realizar o seminário dentro de sua presidência. Carmen esclarece que existe uma demanda por esse debate no Brasil e por isso a necessidade de o governo por meio da SEDH convocar esse debate que não se limitará apenas ao Mercosul mas envolverá todo o continente e atores de outros países relevantes.

janeiro no Equador se refira às diferentes estratégias de participação de crianças e adolescentes. Por isso sugere ter presente as conclusões daquela reunião.

A Subsecretária do Brasil sugeriu que os países compartilhem suas experiências de participação de adolescentes destacando os desafios e avanços e que a partir daí possamos identificar as melhores formas de inserí-los nas atividades do GT. Tendo em vista que o Paraguai tem uma experiência reconhecida na participação adolescente na formulação de políticas públicas, poderia pautar esse tema numa das reuniões futuras.

A Argentina sugeriu também que seja feito na próxima reunião um informe dos resultados da reunião que se realizará no Equador em janeiro a qual contará com a participação de um adulto e de um adolescente de 10 países (Uruguai, Equador, Argentina, Barbados, Brasil, Canadá, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia).

O Brasil sugeriu também que antes do Congresso panamericano sejam realizadas algumas consultas regionais para enriquecer o debate.

No que se refere ao III Congresso Mundial, foi apresentado um informe com atualizações sobre o evento, incluído como **Anexo IV**. Destacou-se o convite feito às primeiras damas da região convidadas pela D. Marisa Letícia. Serão realizadas atividades especiais para elas no dia 25 e 26, incluindo entrevista coletiva com adolescentes de mídia e visita a programas sociais. Será realizado também um diálogo específico com Ministros, sendo que até o momento já existem cerca de 30 confirmações. Vários apoios importantes têm se somado ao evento como por exemplo empresários de grandes empresas nacionais, a apresentadora Xuxa Meneghel e a Rede Globo de Televisão, como uma forma de repactuação em torno do problema.

Já existem 230 adolescentes inscritos, sendo 150 deles brasileiros. Houve certa dificuldade no preenchimento de quase metade das vagas internacionais por problemas de identificação desses adolescentes e pela necessidade que um adulto obrigatoriamente os acompanhe.

O Uruguai apoiou a iniciativa e indica o interesse de participar apresentando a experiência nacional na área parlamentar. O IIN elaborou um paper sobre esse tema e sugere a inclusão de experiências do Uruguai e do Paraguai.

Brasil circulará um novo documento com as sugestões indicadas apontando uma possível data e local para a realização do evento.

O último ponto de pauta da reunião do GT foi a análise do paper elaborado pelo consultor Norberto Liwiski sobre o tema Estratégias de Cooperação internacional. O Brasil apontou que no item 6, é feito um elenco de recomendação sem entretanto se destacar quais as expectativas objeto da cooperação internacional. Na temática de prevenção não houve referências ao tema da mídia como grandes agentes formadores de opinião. O serviço de saúde, por outro lado, listado como preventivo, aparentemente seria mais adequadamente enquadrado como protetivo. A preocupação é que, na elaboração do documento final que se embasará em parte nos papers, estes apontem quais compromissos queremos firmar como subregião. O grupo observou que estão mescladas ações típicas da política pública dos estados com outras que são objetos de cooperação internacional. Nesse sentido, seria pertinente não haver tantos detalhamentos para não fixar uma agenda bem como definir uma agenda de cooperação entre os estados e outra função dos estados individualmente. Importante seria também destacar a necessidade que os organismos internacionais sejam pautados pelos Estados na medida das necessidades destes e não de acordo com as demandas daqueles organismos. Seria importante clarificar no texto, os diversos níveis de cooperação, entre países, entre organismos internacionais e entre segmento da sociedade civil.

Finalizando os trabalhos a Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Brasil informou que Luiz Albernaz do Uruguai já se disponibilizou a moderar um painel e seguimos aguardando outras sugestões. Com relação às oficinas, existe a oportunidade de apresentação da experiência do GT Niñ@sur no III Congresso a qual o Brasil disponibiliza a um dos parceiros que represente o grupo. A apresentação deve ressaltar a experiência do grupo, sua estratégia, os temas

abordados no espaço e as principais conquistas. Será elaborado um texto em conjunto o qual será apresentado por dois integrantes do GT.

O grupo de indicadores propôs ao GT a realização de um seminário comum sobre trabalho infantil e a preparação de informes nacionais sobre a temática. A Argentina destaca a necessidade de articular com outras áreas do Mercosul que trabalham essa temática para evitar sobreposições. Lembra ainda, que o Niñ@sur recebeu um representante do Sub-grupo 10 dos órgãos sócio-laboral do Mercosul que informou sobre as ações desenvolvidas no tema. Também devemos considerar o plano de trabalho aprovado pela Iniciativa para analisar a pertinência desse seminário para não atrasar as atividades planejadas. A princípio existe interesse mas é preciso verificar o que há de informações sobre o assunto no mercosul e o Paraguai terá que verificar a viabilidade de incluir mais essa responsabilidade na sua presidência.

O Forum DCA agradeceu o convite e ressaltou a importância dessa aproximação dos governos com a sociedade civil. A representante da Red Por ti América disse que era a primeira vez que participa desse tipo de reunião e se alegra com o entusiasmo do GT ao tratar desse tema tão sensível.

Uruguai parabenizou o Brasil pela forma como conduziu os trabalhos na sua presidência e desejou sorte na realização do III Congresso. Finalmente destacou a importância da assinatura do acordo de cooperação.

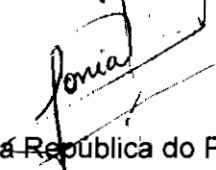
Agradecendo a participação dos membros e dos convidados na reunião, a Subsecretária encerrou os trabalhos.



Pela República Argentina



Pela República Federativa do Brasil



Pela República do Paraguai



Pela República Oriental do Uruguai

ANEXOS

ANEXO I	Lista de Participantes
ANEXO II	Agenda
ANEXO III	Proposta para identidade visual para publicações do GT
ANEXO IV	Informativo sobre preparativos III Congresso
ANEXO V	Texto sobre Estratégia de Cooperação Internacional
ANEXO VI	Proposta de Seminário Internacional sobre Revitimização de Crianças e Adolescentes